

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Delga Indústria e Comércio S.A.
Diadema - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Delga Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

1. Em 31 de dezembro de 2013, nas demonstrações financeiras incluía estoques referentes à planta de Ferraz de Vasconcelos no montante R\$ 10.246 mil, para o qual não foi possível nos certificar durante o acompanhamento de inventário físico quanto à correta existência desses estoques. Consequentemente, não foi possível satisfazer-nos quanto à adequação do saldo de estoques no montante de R\$ 10.246 mil em 31 de dezembro de 2013 para o exercício findo naquela data por meio de outros procedimentos de auditoria.
2. Até a emissão desse relatório, nós não recebemos carta de confirmação de um dos assessores jurídicos externos da Companhia. Adicionalmente, dois assessores jurídicos externos da Companhia não forneceram carta atualizada com a adequada classificação dos riscos de perda, referente os processos trabalhistas, para que pudéssemos concluir sobre o valor adequado da provisão para contingências. Consequentemente, não foi possível, por meio de outros procedimentos de auditoria, concluir sobre a adequação do montante de R\$ 1.468 mil registrado como provisão para contingências e o potencial impacto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.
3. Até a emissão desse relatório, nós não recebemos carta de confirmação de dois bancos os quais a Companhia possui relacionamento comercial, bem como empréstimos, financiamentos e debêntures contratados. Consequentemente, não foi possível, por meio de outros procedimentos de auditoria, concluir se existem outros valores a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras, caso tivéssemos recebido as confirmações destes bancos.
4. A Companhia contrata prestadores de serviços para execução de atividades relacionadas à suas operações, bem como efetuam pagamentos de determinados valores a título de ajuda de custo, sem, contudo, reconhecer a provisão para fazer face a qualquer desembolso fiscal associado a estes assuntos. O montante aproximado da provisão para obrigações legais, necessária para cobrir os riscos previdenciários com estes procedimentos é de aproximadamente R\$ 3.801 mil, líquido dos efeitos tributários. Como consequência, o passivo circulante e patrimônio líquido da Companhia estão subavaliados e superavaliados, respectivamente, em aproximadamente R\$ 3.801 mil (4.760 mil em 2012).
5. Os valores correspondentes relativos as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram auditados por outros auditores, que emitiram relatório datado de 14 de maio de 2013 com opinião adversa em relação aos seguintes assuntos: *i)* registro indevido de operações de empréstimos como fornecedores no montante de R\$ 21.148 mil, *ii)* descumprimento de cláusulas de índices e limites financeiros previstos em instrumento particular de escritura de emissão de debêntures e não reclassificação de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$ 83.782 mil registrados no ativo não circulante para o passivo circulante, *iii)* pelo risco de continuidade operacional da Companhia face a possível declaração de vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos da Companhia em decorrência do descumprimento de índices e limites financeiros e ausência de alternativas formalizadas pela administração da Companhia para obtenção de recursos financeiros suficientes para fazer face a essa eventual exigência, e; *iv)* pela ausência de análise de recuperabilidade de ativos imobilizados devidamente formalizada pela Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do período corrente também inclui modificação em decorrência do possível efeito desses assuntos sobre a comparabilidade dos valores do período corrente e valores correspondentes com o período anterior.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos decorrentes dos assuntos mencionadas nos itens 1, 2 e 3, se houver, e pelo efeito dos assuntos mencionadas nos itens 4 e 5 descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Delga Indústria e Comércio S.A em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

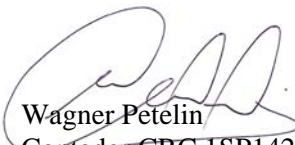
Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 14 de maio de 2013, que conteve opinião adversa em função dos seguintes assuntos: *i*) insuficiência de provisão para contingências tributárias e trabalhistas no montante de R\$ 4.760 mil, *ii*) registro indevido de operações de empréstimos como fornecedores no montante de R\$ 21.148 mil, *iii*) descumprimento de cláusulas de índices e limites financeiros previstos em instrumento particular de escritura de emissão de debêntures e não reclassificação de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$ 83.782 mil registrados no ativo não circulante para o passivo circulante, *iv*) pelo risco de continuidade operacional da Companhia face a possível declaração de vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos da Companhia em decorrência do descumprimento de índices e limites financeiros e ausência de alternativas formalizadas pela administração da Companhia para obtenção de recursos financeiros suficientes para fazer face a essa eventual exigência e; *v*) pela ausência de análise de recuperabilidade de ativos imobilizados devidamente formalizada pela Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

São Paulo, 30 de abril de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Petelin
Contador CRC ISP142133/O-7

Delga Indústria a Comércio S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.936	35.099	Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	58.990	26.682
Contas a receber de clientes	5	17.714	28.982	Fornecedores	11	39.839	41.222
Estoques	6	96.505	70.451	Obrigações trabalhistas e sociais	12	16.603	14.250
Ativo fiscal corrente	7	6.277	8.039	Obrigações fiscais e tributárias	13	289	2.085
Outros créditos		<u>955</u>	<u>389</u>	Parcelamentos de impostos	14	14.123	8.522
Total do ativo circulante		<u>127.387</u>	<u>142.960</u>	Outras contas a pagar		592	400
				Mútuos a pagar a partes relacionadas	8	615	40
Mútuos a receber de partes relacionadas	8	1.353	1.172	Adiantamento de clientes	15	<u>14.372</u>	<u>15.113</u>
Depósitos judiciais		2.104	2.767	Total do passivo circulante		<u>145.423</u>	<u>108.314</u>
Outros créditos		123	425	Fornecedores	11	3.282	-
Ativo fiscal não corrente	7	<u>13.186</u>	<u>-</u>	Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	100.587	88.392
Total do realizável a longo prazo		<u>16.766</u>	<u>4.364</u>	Parcelamentos de impostos	14	22.534	24.602
				Passivo fiscal diferido	21	2.225	2.697
Imobilizado	9	182.622	123.334	Provisão para contingências	16	<u>1.468</u>	<u>-</u>
Intangível		<u>758</u>	<u>990</u>	Total do passivo não circulante		<u>130.096</u>	<u>115.691</u>
Total do ativo não circulante		<u>200.146</u>	<u>128.688</u>	Patrimônio líquido	17		
				Capital social		39.439	39.319
Total do ativo		<u><u>327.533</u></u>	<u><u>271.648</u></u>	Reservas de reavaliação		4.436	4.608
				Reserva de lucros		<u>8.139</u>	<u>3.716</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>52.014</u>	<u>47.643</u>
				Total do passivo		<u>275.519</u>	<u>224.005</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>327.533</u></u>	<u><u>271.648</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria a Comércio S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012
Receita operacional líquida	18	435.788	394.548
Custos das mercadorias vendidas		<u>(397.882)</u>	<u>(361.454)</u>
Lucro bruto		<u>37.906</u>	<u>33.094</u>
Despesas administrativas e gerais	19	(14.678)	(12.941)
Outras despesas operacionais		(1.677)	(550)
Outras receitas operacionais		<u>939</u>	<u>570</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>22.490</u>	<u>20.173</u>
Despesas financeiras	20	(21.624)	(19.181)
Receitas financeiras	20	<u>6.358</u>	<u>2.505</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(15.266)</u>	<u>(16.676)</u>
Lucro antes dos impostos		7.224	3.497
Imposto de renda e contribuição social	21	<u>(2.933)</u>	<u>(1.431)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>4.291</u></u>	<u><u>2.066</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria a Comércio S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	<u>4.291</u>	<u>2.066</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>4.291</u></u>	<u><u>2.066</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria a Comércio S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	
			Reserva legal	Retenção de lucros			Total
Saldos em 1º de janeiro de 2012	<u>28.000</u>	<u>4.846</u>	<u>154</u>	<u>1.258</u>	<u>1.412</u>	<u>-</u>	<u>34.258</u>
Aumento de capital social	11.319	-	-	-	-	-	11.319
Realização da reserva de reavaliação	-	(238)	-	-	-	238	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.066	2.066
Destinações:							
Reserva legal	-	-	103	-	103	(103)	-
Retenção de lucros	-	-	-	2.201	2.201	(2.201)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>39.319</u>	<u>4.608</u>	<u>257</u>	<u>3.459</u>	<u>3.716</u>	<u>-</u>	<u>47.643</u>
Aumento de capital social em dinheiro	120	-	-	-	-	-	120
Realização da reserva de reavaliação	-	(172)	-	-	-	172	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.291	4.291
Destinações:							
Constituição da reserva legal	-	-	215	-	215	(215)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(40)	(40)
Retenção dos lucros	-	-	-	4.208	4.208	(4.208)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>39.439</u>	<u>4.436</u>	<u>472</u>	<u>7.667</u>	<u>8.139</u>	<u>-</u>	<u>52.014</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria a Comércio S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	7.224	3.497
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	6.664	4.662
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	8.013	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado	154	34
(Reversão) / constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(688)	-
Constituição / (reversão) de provisão para contingências	1.468	-
	<u>22.835</u>	<u>8.193</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	11.956	10.865
Estoques	(26.054)	19.746
Ativo fiscal corrente e não corrente	(12.840)	(770)
Outros créditos	(264)	58
Depósitos judiciais	663	-
(Aumento)/diminuição dos passivos		
Fornecedores	1.899	(26)
Obrigações trabalhistas e sociais	2.353	(2.925)
Obrigações fiscais e tributárias e parcelamentos de impostos	3.113	(7.442)
Adiantamento de clientes	(741)	11.743
Outras contas a pagar	192	(250)
Juros pagos	(11.025)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.405)	(1.578)
	<u>(11.318)</u>	<u>37.614</u>
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(184)	-
Aquisição de imobilizado	(61.703)	(35.355)
	<u>(61.887)</u>	<u>(35.355)</u>
Fluxo de caixa usados nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	70.884	20.329
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	(27.356)	-
Mútuos recebidos de partes relacionadas	394	-
Mútuos pagos a partes relacionadas	-	(231)
Aumento de capital social	120	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa por incorporação de empresa ligada	-	68
	<u>44.042</u>	<u>20.166</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		
	<u>(29.163)</u>	<u>22.425</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	35.099	12.674
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>5.936</u>	<u>35.099</u>
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		
	<u>(29.163)</u>	<u>22.425</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Delga Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”) possui sua sede no Município de Diadema, no Estado de São Paulo, representativo polo industrial do país, com filiais nos municípios de São Paulo e Ferraz de Vasconcelos, ambos no Estado de São Paulo e também em São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia opera há mais de 50 anos no mercado industrial brasileiro e tem como atividades principais a estamparia de metais em geral, fabricação de peças e acessórios para automóveis, caminhões, tratores e linha branca.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5 - reconhecimento e mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração de provisões para perda nos estoques;

- Nota explicativa nº 9 - definição de vida útil do imobilizado; e
- Nota explicativa nº 16 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos.

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida com um ativo ou passivo separado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os custos de transação são reconhecidos nos resultados quando incorridos são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros classificados como mantidos para negociação incluem títulos de curto prazo da dívida soberana ativamente gerenciados pelo departamento de tesouraria da Companhia para atender às necessidades de liquidez de curto prazo.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores, mútuos a pagar partes relacionadas e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

(iv) Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

c. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição desses estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

d. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

- Edifícios 25 anos
- Máquinas, equipamentos e ferramentas 20 anos

• Instalações	10 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Benfeitorias em imóveis terceiros	25 anos
• Veículos	5 anos
• Equipamentos de informática	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

e. Ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

• Software	1- 5
anos	

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que o Grupo não consideraria em condições normais;

- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; o
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha

aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h. Benefício a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Arrendamentos

(i) Ativos arrendados

Ativos mantidos pela Companhia sob arrendamentos que transferem para Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

(ii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

k. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l. Receita operacional

Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Serviços prestados

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos e impostos parcelados. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

n. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseado em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

o. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao imobilizado em andamento são capitalizados durante a fase de construção do ativo de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20(R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 21 - Tributos

A IFRIC 21 esclarece quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A aplicação desta norma não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (imparidade) de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar algum impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa	26	29
Bancos conta movimento	5.907	16.441
Aplicações financeiras	3	18.629
	<hr/>	<hr/>
	5.936	35.099
	<hr/>	<hr/>

As aplicações financeiras estão compostas por aplicações em fundos de investimento de renda fixa e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com remunerações médias de 95% a 101% dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). As aplicações em CDB podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

5 Contas a receber

	2013	2012
Contas a receber de clientes nacionais	27.646	29.102
Contas a receber de clientes estrangeiros	<u>584</u>	<u>1.128</u>
	28.230	30.230
(-) Antecipação de recebíveis (i)	(9.956)	-
	<u>(560)</u>	<u>(1.248)</u>
	<u><u>17.714</u></u>	<u><u>28.982</u></u>

- (i) Refere-se a antecipação de recebíveis através de contrato de cessão de crédito sem coobrigação ou direito de regresso, com obrigação pela liquidação diretamente por parte dos clientes da Companhia à instituição financeira cessionária.

A Companhia vende produtos e componentes para empresas de grande porte e de substancialmente no setor automotivo, com a participação percentual e concentração por cliente abaixo demonstrada:

Cliente	% de concentração
Volkswagen	26,87%
General Motors	19,49%
Scania	15,48%
Mercedes Benz	10,27%
Outros	27,89%
Total	100,00%

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelece limite individual de crédito e acompanha permanentemente o saldo devedor dos mesmos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, e as respectivas garantias reais recebidas.

A abertura das contas a receber de clientes nacionais e estrangeiros pode ser assim demonstrada:

	2013	2012
A vencer	24.789	26.435
Vencidos:		
até 30 dias	2.458	2.202
de 31 a 90 dias	420	504
de 91 a 180 dias	-	330
há mais de 180 dias	<u>563</u>	<u>759</u>
	<u>3.441</u>	<u>3.795</u>
	<u><u>28.230</u></u>	<u><u>30.230</u></u>

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2013	2012
Saldo inicial	(1.248)	(1.248)
(Constituição) reversão	<u>688</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u><u>(560)</u></u>	<u><u>(1.248)</u></u>

6 Estoques

	2013	2012
Produtos acabados	9.263	9.974
Produtos semi acabados	14.696	21.742
Produtos em elaboração	916	-
Matérias-primas	18.348	13.597
Materiais de consumo auxiliares e outros	981	14.336
Ferramentais em construção	50.143	-
Adiantamento a fornecedores	<u>2.158</u>	<u>10.802</u>
	<u><u>96.505</u></u>	<u><u>70.451</u></u>

7 Ativo fiscal corrente e não corrente

	2013	2012
IPI a compensar	976	1.267
ICMS a recuperar	11.165	4.898
IRPJ	1.262	419
CSLL	453	150
ICMS - CIAP	1.037	-
Pis sobre imobilizado em andamento	319	59
Cofins sobre imobilizado em andamento	1.580	271
ICMS sobre imobilizado em andamento	1.943	-
Outros	<u>728</u>	<u>975</u>
	<u><u>19.463</u></u>	<u><u>8.039</u></u>
Circulante	6.277	8.039
Não Circulante	13.186	-

8 Transações com partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2013 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou R\$ 827 (R\$ 907 em 2012) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos

Controladora

A controladora da Companhia é a Delga Participações S.A., que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar representam principalmente operações de empréstimos em forma de mútuo tendo por objetivo suprir recursos para a manutenção das atividades operacionais, com vencimento predefinido, renovado automaticamente. Conforme pactuado entre as partes, atualmente, a relação de mútuo não há a incidência de encargos financeiros.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

a. Ativo circulante

Mútuo a receber partes relacionadas

	2013	2012
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	1.353	1.172
	<u>1.353</u>	<u>1.172</u>

b. Passivo circulante

Mútuo a pagar partes relacionadas

	2013	2012
Delga Participações S.A.	40	40
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	575	-
	<u>615</u>	<u>40</u>

c. Resultado

Delga Participações S.A.

	2013	2012
Aluguel de instalações	2.068	1.926
	<u>2.068</u>	<u>1.926</u>

As operações mercantis entre empresas ligadas, efetuadas em condições acordadas entre as partes.

9 Ativo imobilizado

A movimentação do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

a. Custo

	31/12/12	Adições	Baixas	Transf.	31/12/13
Terrenos	5.232	-	-	-	5.232
Edifícios	11.776	-	-	7.330	19.106
Instalações	8.562	960	-	27	9.549
Máquinas e equipamentos	87.143	3.918	-	34.461	125.522
Móveis e utensílios	1.137	52	-	36	1.225
Veículos	1.956	833	(590)	-	2.199
Equipamentos CPD	2.357	403	-	70	2.830
Aparelhos e acessórios	5.470	44	-	746	6.261
Benfeitorias em imóveis	250	-	-	-	250
Veículos industriais	480	-	-	-	480
Instalações administrativas	107	2	-	47	156
Ferramentas	878	-	-	-	878
Imobilizações em andamento	61.426	56.083	-	(42.717)	74.792
Juros capitalizados	571	3.987	-	-	4.558
Total do custo	187.345	66.282	(590)	-	253.037

b. Depreciação

	Taxa de depreciação % a.a.	31/12/12	Adições	Baixas	31/12/13
Edifícios	4	(6.417)	(806)	-	7.223
Instalações	10	(29.722)	(255)	-	(29.977)
Máquinas e equipamentos	5	(21.623)	(4.406)	-	(26.029)
Móveis e utensílios	10	(717)	(86)	436	(367)
Veículos	20	(1.121)	(319)	-	(1.440)
Equipamentos CPD	20	(1.919)	(256)	-	(2.175)
Aparelhos e acessórios	10	(1.494)	(600)	-	(2.094)
Veículos industriais	20	(414)	(38)	-	(452)
Instalações administrativas	20	(65)	(7)	-	(72)
Ferramentas	10	(519)	(67)	-	(586)
Total da depreciação		(64.011)	(6.840)	436	(70.415)
Imobilizado líquido		123.334	59.471	(154)	182.622

Outras considerações

Em 2003, a Companhia reconheceu a reavaliação de bens baseada em laudo emitido por peritos independentes.

A Companhia avalia a aplicação da revisão da vida útil-econômica dos itens do ativo imobilizado e concluiu que as taxas de depreciação e amortização utilizadas estão adequadas.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia tinha imóveis dados em garantia de debêntures, no valor líquido contábil de R\$3.269.

Os custos capitalização de empréstimos na rubrica de imobilizado em andamento totalizaram no exercício findo de 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 4.558 (R\$ 571 em 2012).

10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	2013	2012
Finame	19.370	8.656
Capital de giro	35.558	20.376
Capital de giro - moeda estrangeira	11.112	113
Arrendamento mercantil	973	670
BNDES	28.850	-
Debêntures	63.714	85.259
Total	159.577	115.074
Passivo circulante	58.990	26.682
Passivo não circulante	100.587	88.392

O vencimento do passivo não circulante pode ser assim demonstrado

Período	2013	2012
2014	-	37.247
2015	40.474	31.314
2016	27.978	18.558
2017	27.544	1.273
2018	4.591	-
	100.587	88.392

Aquisição de ativo imobilizado - FINAME

Financiamentos obtidos para investimento em máquinas e equipamentos que possuem taxas de juros anuais variando de 4,50% a 11,70%. - Vencimento 15/07/2018

Capital de giro (PROGEREM - BNDES -BRASIL)

Os empréstimos possuem taxas de juros anuais de, 3,4% a.a + TJLP - Vencimento 15/09/2021

Capital de giro - Moeda estrangeira

Os empréstimos possuem taxas de juros anuais de, aproximadamente, LIBOR 0,15% a 0,75% ao ano e correção pela taxa cambial. - Vencimento 31/07/2014

Arrendamento mercantil

Captações aplicadas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros que possuem taxas de juros anuais de, aproximadamente, 15,99% a 26,23%. - Vencimento 07/02/2016

Debêntures

As principais características das debêntures privadas não conversíveis em ações são:

Classificação da emissão:	1ª emissão
Data da emissão:	14 de novembro de 2012
Data final da liquidação:	14 de outubro de 2016
Quantidade:	90
Valor total da emissão:	R\$90.000
Espécie:	A definir, em comum acordo entre as Partes, devendo ser, pelo menos, da espécie quirografária e nunca subordinada.
Forma :	Não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de certificado
Remuneração mensal :	Série I - Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +5,20% a.a. Série II - Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +5,30% a.a.
Pagamento da remuneração mensal:	Mensalmente, a partir de 14 de dezembro de 2012.
Pagamento do principal:	R\$90.000 serão pagos em 48 parcelas iguais e mensais a partir de 14/11/2012, junto com a remuneração mensal.
Garantias :	Fiança da controladora, da coligada e dos acionistas da Companhia e imóveis próprios e de empresas ligadas.
Obrigações adicionais - Índices financeiros (testados todo final de ano):	Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,25 de 2012e 2012. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,00 a partir de 2013.
Obrigações adicionais - Outras	Não transformar a sociedade em limitada (Ltda.), não efetuar pedido de recuperação judicial ou falência, entre outros.

As debêntures estão classificadas nas demonstrações financeiras pelo seu valor original, acrescido da remuneração mensal e deduzido do valor dos custos necessários da transação, conforme novas práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão segregados entre curto e longo prazos, com vencimento final em 14/11/2016, conforme seguem:

	RS
Parcela de curto prazo	21.646
Parcela de longo prazo	42.068
	63.714
Total	63.714

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 524 Mil (R\$ 520 mil em 2012) os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Companhia mantém em seus empréstimos, financiamentos e debêntures, garantias e restrições usuais de mercado. Os covenants relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão relacionados ao cumprimento de índices financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora da Companhia Delga Participações S.A.

Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2013.

Garantias

As linhas de financiamentos, exceto as debêntures comentadas anteriormente, possuem como garantia os próprios bens, notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

Foram dados em garantia das debêntures imóvel no valor líquido contábil de R\$3.269 em 31 de dezembro de 2013.

11 Fornecedores

	2013	2012
Fornecedores nacionais	36.275	40.618
Fornecedores do exterior	6.843	364
Outros	3	240
	<u>43.121</u>	<u>41.222</u>
Circulante	39.839	41.222
Não Circulante	3.282	-

Os fornecedores estão representados por obrigações por compra de insumos para utilização no processo produtivo e de prestadores de serviços em geral.

12 Obrigações trabalhistas e sociais

	2013	2012
Ordenados e salários	2.548	2.205
Encargos sociais - INSS e FGTS	2.280	1.976
Provisão de férias e encargos	10.540	9.132
Outras obrigações trabalhistas	1.235	937
	<u>16.603</u>	<u>14.250</u>

13 Obrigações fiscais e tributárias

	2013	2012
ICMS	-	1.416
ISS	28	46
IRRF	16	16
INSS	79	118
PIS/COFINS	166	489
	<u>289</u>	<u>2.085</u>

14 Parcelamentos de impostos

Curto Prazo	2013	2012
Parcelamentos tributários - ICMS	12.103	6.013
Parcelamentos tributários - IPTU	40	191
Parcelamentos tributários - ISS	66	-
Parcelamento INSS Lei 11.941/09	756	1.060
Parcelamento RFB Lei 11.941/09	1.106	1.210
Parcelamento de processos trabalhistas	52	48
Total	14.123	8.522
Longo Prazo	2013	2012
Parcelamentos tributários - ICMS	9.114	9.680
Parcelamentos tributários - IPTU	-	447
Parcelamento INSS Lei 11.941/09	2.393	3.002
Parcelamento RFB Lei 11.941/09	10.875	11.285
Parcelamento de processos trabalhistas	152	188
	22.534	24.602

Parcelamentos tributários

Entre 2007 e 2013, a Companhia protocolou diversos pedidos de parcelamentos de débitos estaduais relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para amortização em períodos que variam de 12 a 120 meses. Referidos parcelamentos são atualizados pela taxa SELIC e vem sendo pago de acordo com os cronogramas deferidos.

Em 25 de novembro de 2009, a Companhia optou por transferir todos os débitos existentes no parcelamento PAES federal para o novo programa de parcelamento instituído por meio da Lei nº 11.941/09, chamado de REFIS IV.

Em 2013, a Companhia protocolou parcelamento referente a débitos de IPTU na Prefeitura Municipal de Diadema para amortização em períodos de 9 meses. Referidos parcelamentos são atualizados pela taxa SELIC e vem sendo pago de acordo com os cronogramas deferidos.

REFIS IV

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil “RFB” instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de “REFIS IV”. A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial.

Em 25 de novembro de 2009, a Companhia formalizou a opção pelo referido parcelamento, em até 180 meses, e até esta data vem cumprindo rigorosamente os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalta-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada com a inexistência de atraso no pagamento das prestações.

O parcelamento está constituído de acordo com as regras previstas na referida Lei sendo que, em 31/12/13, restavam para a Companhia de 21 a 34 parcelas a serem pagas relativas ao débito

referente ao parcelamento com saldo remanescente (anteriormente PAES), de 24 a 154 parcelas a serem pagas relativas ao débito referente débitos de IRPJ e CSLL, e de 74 a 87 parcelas a serem pagas relativas à débitos de INSS.

15 Adiantamento de clientes

Refere-se a valores recebidos a título de adiantamento de clientes por conta de pedidos de produção de peças e mercadorias que serão faturadas e entregues aos mesmos em exercício subsequente.

16 Provisões para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, esta sujeita a processos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

A administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Natureza	31/12/2012	Adições	31/12/2013
Trabalhistas	-	1.468	1.468
	-	1.468	1.468

A Companhia possui depósitos judiciais nos montantes de R\$2.104, em 31 de dezembro de 2013 (R\$2.767 em 2012), para fazer face aos processos atualmente discutidos judicialmente.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui contingências no montante de R\$28.432 (R\$ 6.662 em 2012) cuja expectativa de perda está classificada como possível, na opinião de seus consultores jurídicos. Portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

17 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$39.439 (R\$39.319 em 2012), representado por 39.438.876 Ações Nominativas (39.318.876 ações nominativas em 2012) no valor nominal unitário de R\$1,00 cada uma, integralmente subscrito e integralizado pelos sócios, cuja abertura é conforme segue:

Sócio-Acionista	2013	2012
Delga Participações S.A.	39.438.874	39.318.874
Maria Ione Vittolo Delgado	2	2
	39.438.876	39.318.876

Em dezembro de 2013 foi aprovado aumento de capital no valor de R\$120, passando o mesmo de R\$39.319 para R\$39.439, mediante a emissão de 120.000 ações nominativas no valor nominal de R\$1,00 cada uma integralmente subscritas e integralizadas pela acionista Delga Participações S.A.

Reserva legal

De acordo com o estatuto da Companhia, deverão ser aplicados 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício na constituição de reserva legal, até que o seu montante atinja 20% (vinte por cento) do capital social.

Reserva de reavaliação

Refere-se à reavaliação de terrenos, edifícios e construções e máquinas e equipamentos efetuada pela Companhia em 2003, baseada em laudo emitido por peritos independentes. Atendendo as disposições legais, foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo da reserva de reavaliação, que está classificada no passivo não circulante nestas demonstrações financeiras.

Política de dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2013 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Descrição

Lucro líquido do exercício	4.291
(-) Reserva legal	<u>(215)</u>
(=) Base dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>4.076</u>
(=) Dividendos mínimos obrigatórios - 1%	<u>40</u>
Dividendos deliberados e pagos no exercício	<u>40</u>

18 Receita operacional líquida

	2013	2012
Receita de venda de mercadorias	564.481	517.321
Deduções da receita - impostos incidentes e outros	<u>(128.693)</u>	<u>(122.773)</u>
Receita operacional líquida	<u>435.788</u>	<u>394.548</u>

19 Despesas administrativas, comerciais e gerais

	2013	2012
Despesa com pessoal	(9.325)	(7.692)
Serviços de consultoria	(585)	(1.014)
Gastos mercadológicos	(746)	(435)
Depreciações e amortizações	(573)	(611)
Seguros	(253)	(280)
Gastos com tecnologia da informação	(2.268)	(1.855)
Impostos e taxas	(738)	(28)
Despesas gerais	(190)	(1.026)
	<u>(14.678)</u>	<u>(12.941)</u>

20 Resultado financeiro

Despesas financeiras

	2013	2012
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.013)	(12.431)
Juros, descontos e IOF	(3.253)	(1.727)
Tarifas bancárias	(475)	(107)
Variação cambial passiva	(5.403)	(1.559)
Variação monetária dos empréstimos e financiamentos	(3.853)	(3.122)
Outras despesas financeiras	(627)	(235)
	<u>(21.624)</u>	<u>(19.181)</u>

Receitas financeiras

	2013	2012
Juros e descontos	516	164
Rendimentos de aplicações financeiras	239	284
Variação monetária ativa	97	80
Variação cambial	5.506	1.782
Outras receitas financeiras	-	195
	<u>6.358</u>	<u>2.505</u>

21 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, está apresentada como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	7.224	3.497
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	<u>(2.456)</u>	<u>(1.189)</u>
Adição permanente de despesas não dedutíveis	(477)	(242)
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(3.405)	(1.578)
Diferido	<u>472</u>	<u>147</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(2.933)</u>	<u>(1.431)</u>
Alíquota efetiva	<u>40%</u>	<u>41%</u>

b. Composição dos passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (ii) aos efeitos gerados pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2013	2012
Reserva de reavaliação	(640)	(768)
Depreciação	<u>(1.585)</u>	<u>(1.929)</u>
Passivo fiscal diferido	<u>(2.225)</u>	<u>(2.697)</u>

- (i) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos saldos de diferenças temporárias, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e possa utilizar os benefícios destes.

22 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2013, era de R\$ 560 representando 2 % do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2012, esta provisão era de R\$ 1.248, representando 4 % do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

Ativo	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e equivalentes de caixa	5.933	16.470
Aplicações financeiras	3	18.629
Contas a receber de clientes	17.714	28.982
Mútuos a receber de partes relacionadas	1.353	1.172
Outros créditos	1.078	814
	<u>26.081</u>	<u>66.067</u>

Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Delga.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2013:

	Valor contábil	Até 1 ano	Superiores há 1 ano
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.933	5.933	-
Aplicações financeiras	3	3	-
Contas receber de clientes	17.714	17.714	-
Outros créditos	1.078	955	123
Mútuos a receber de partes relacionadas	1.353	-	1.353
	<u>26.081</u>	<u>24.605</u>	<u>1.476</u>
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	181.173	58.990	122.183
Fornecedores	43.121	39.839	3.282
Mútuos a pagar partes relacionadas	615	615	-
Outras contas a pagar	592	592	-
	<u>225.501</u>	<u>100.036</u>	<u>125.465</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor contábil	
	31/12/2013	31/12/2012
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	<u>3</u>	<u>18.629</u>
	<u>3</u>	<u>18.629</u>
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	<u>159.577</u>	<u>115.074</u>
	<u>159.577</u>	<u>115.074</u>

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização

adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2013	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	3	Variação do CDI	8,06%	-	-	-	-	-
2 - Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(159.577)	Variação do CDI	8,06%	(12.862)	(16.077)	(19.293)	(9.646)	(6.431)
1 + 2		Efeito		(12.862)	(16.077)	(19.293)	(9.646)	(6.431)

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2012	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	18.629	Variação do CDI	8,39%	1.563	1.954	2.344	1.172	781
2 - Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(115.074)	Variação do CDI	8,39%	(9.655)	(12.069)	(14.482)	(7.241)	(4.827)
1 + 2		Efeito		(8.092)	(10.115)	(12.138)	(6.069)	(4.046)

Risco de taxa de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras denominadas em uma moeda diferente da sua moeda funcional. A moeda na qual essa transação é denominada é Dólar Americano. A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros para se proteger do risco de moeda, tais como a contratação de operações de hedge, devido a administração da Companhia entender que esse risco não é significativo.

A Companhia não possui recebíveis sujeitos a flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Com relação a outros passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável.

A exposição da Companhia ao risco da moeda estrangeira foi a seguinte:

	2013	2012
<i>(em milhares de USD)</i>		
Fornecedores do exterior	(2.922)	(178)
	(2.922)	(178)

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

	Taxa à vista		Taxa média	
	2013	2012	2013	2012
USD	2,3426	2,0435	2,156	1,9444

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado consolidado do Grupo na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

		Cenários				
Risco		I -Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
2- Passivo em Dólar	Valorização Dólar	<u>(2.922)</u>	<u>(3.653)</u>	<u>(4.383)</u>	<u>(2.192)</u>	<u>(1.461)</u>
	Efeito	<u>(2.922)</u>	<u>(3.653)</u>	<u>(4.383)</u>	<u>(2.192)</u>	<u>(1.461)</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Gerenciamento do capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Delga Indústria e Comércio S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2013
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	5.933	-	5.933
Aplicações financeiras	4	3	-	-	3
Contas a receber de clientes	5	-	17.714	-	17.714
Outros créditos		-	1.078	-	1.078
Mútuos a receber partes relacionadas	8	-	1.353	-	1.353
Total		<u>3</u>	<u>26.078</u>	<u>-</u>	<u>26.081</u>
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	159.577	159.577
Fornecedores	11	-	-	43.121	43.121
Mútuos a pagar partes relacionadas	8	-	-	615	615
Outras contas a pagar		-	-	592	592
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>203.905</u>	<u>203.905</u>
	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2012
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	16.470	-	16.470
Aplicações financeiras	4	18.629	-	-	18.629
Contas a receber de clientes	5	-	28.982	-	28.982
Outros créditos		-	814	-	814
Mútuos a receber partes relacionadas	8	-	1.172	-	1.172
Total		<u>18.629</u>	<u>47.438</u>	<u>-</u>	<u>66.067</u>
Passivos					
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	115.074	115.074
Fornecedores	11	-	-	41.222	41.222
Mútuos a pagar partes relacionadas	8	-	-	40	40
Outras contas a pagar		-	-	400	400
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>156.736</u>	<u>156.736</u>

Valor justo

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos e financiamentos é demonstrado abaixo:

Passivos	31/12/2013	
	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos, financiamentos e debêntures	159.577	167.976

Os valores justos de empréstimos e financiamentos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&F Bovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

Nível 2 - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

23 Outros assuntos

A Companhia efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2013 a cobertura de seguros contra riscos operacionais de incêndio, raio e explosão era de R\$67.000

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatível com o seu porte e operações.

* * *

Antonio Augusto Delgado Junior
Diretor Presidente

Luiz Nogueira dos Santos
Diretor Administrativo Financeiro

Carlos Barboza
Contador CRC 1SP164770/O-0